



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Presidência do Governo  
Secretária Regional Adjunta da Presidência  
Gabinete da Secretária

## **Intervenção da Secretária Regional Adjunta da Presidência**

### **Debate do Plano e Orçamento para 2004**

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo Regional

Senhores Membros do Governo

Esta Assembleia tem vindo ao longo destes três dias a debater o Plano e o Orçamento para 2004, sendo certo que muito mais o Plano do que o Orçamento e na ausência de um contributo efectivo da oposição. Debatendo-se muito mais o Plano do que o Orçamento opera-se este facto curioso de tentar tomar a parte pelo todo, como se tal se pudesse fazer nestas matérias. Relegando para segundo plano o rigor que continua a caracterizar a gestão das finanças regionais e concentrando a atenção exclusivamente no Plano de investimentos. Aquilo a que temos assistido nestes dias de debate é a uma oposição que se entretém a elencar obras; as prometidas e –diz ela– não cumpridas, as prometidas e cumpridas, e as que mesmo não estando prometidas se cumpriram. E aferem-se argumentos mais ou menos engenhosos para atingir este fim, mas sempre mais demagógicos do que sérios, e mais alarmistas do que fidedignos. E faz-se um pouco de tudo, mesmo que a estratégia seja a de não fazer nada. Desmerece-se a seriedade do debate sectorial, e a análise rigorosa das suas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Presidência do Governo  
Secretária Regional Adjunta da Presidência  
Gabinete da Secretária

opções. Que nada disto importa afinal a uma oposição agora entretida com o silêncio parlamentar que há-de preencher futuras e pretéritas conferências de imprensa.

Preferindo esquecer de que esta matéria se assume como um dos momentos mais significativos do debate parlamentar, a oposição regional desfia o rosário costumeiro do incumprimento, mesmo que... do já cumprido, chegando a criticar-se, à falta de melhor, até a obra que começou por ter... efectivamente começado. Quanto mais se avança no debate menos se analisa com rigor e mais se adensa a demagogia feita à pressa. Mas tudo isto tem uma explicação subitamente simples: a de que o principal partido da oposição não é um partido de ideias é um partido de crítica permanente; não é um partido proponente seja porque não quer seja porque não pode. O principal partido da oposição afinal nem precisa de um Programa de Governo, prefere ter uma coligação.

O principal partido da oposição –o PPD/PSD- aproveita para apontar o dedo acusador ao Governo Regional por aquilo que ainda não fez, esquecendo-se sempre de dizer que foi este Governo que fez muito daquilo que os governos do PSD na Região prometeram fazer e nunca fizeram. A fiscalização da acção governativa é afinal uma das suas principais competências –bradam repetida e legitimamente-, que exercem com uma devoção só comparável ao estrondoso silêncio que assumem perante os atentados perpetrados pelo Governo da República contra as Autonomias. Compreendemos porquê. Mas não conseguimos desculpar. O manifesto desprezo contra a autonomia regional - e menciono apenas alguns de cor- como o incumprimento da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, a proibição sucessiva de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Presidência do Governo  
Secretária Regional Adjunta da Presidência  
Gabinete da Secretária

endividamento, a recusa da transferência da verba destinada ao processo de Reconstrução conduzem, de forma clara, a uma de duas conclusões: ou o poder de negociação do líder do PSD junto do Governo da República é inexistente, ou existindo, como consideramos que acontece, tem efeitos desastrosos para a Região. E ficamos todos desde já a saber que o PSD/Açores está do lado dos açorianos desde que isto não prejudique a sua relação com o Governo da República.

Com a realização recente do seu congresso vimos reavivar-se no PSD uma voracidade antiga pelo poder e que era até então um pressuposto latente, erguendo-se agora, inalado o prenúncio da coligação, com força suficiente para ressuscitar umas dezenas de Lázarus. Acontece, porém, que hoje os açorianos são e, perdoem-me a imodéstia, por alternância de poder e por acção do Partido Socialista, um povo democraticamente amadurecido e com memória, atento a tão aberrante incongruência. A de quem não se coibiu de criticar o atraso no processo do processo de Reconstrução enquanto omitiu a falta de solidariedade do Governo da República nesta matéria, a de quem acusa o Governo Regional de abrandar o investimento, mas nada diz sobre a proibição de endividamento. Mas é assim o PSD/ Açores: autonomista em Lisboa, centralista na Região; exigente com o Governo Regional e benevolente com o da República; mais por Durão do que pelos açorianos. Veja-se o que agora diz a propósito da recente atitude escandalosa de autorização de um endividamento excepcional de 35 milhões de Euros à Região Autónoma da Madeira, revelador da mais brutal discriminação. Perante isto que faz o PSD- Açores? Defende a Madeira, acrescentando que nada disto é o que parece.



Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo Regional

Senhores Membros do Governo

Discutimos hoje o Plano para 2004 que contempla no Programa 30 a Administração Pública Regional, questão que não é tradicionalmente geradora de amplo debate e não despoleta, como deveria, uma análise detalhada das opções. Contrariamente o debate faz-se pela rama e costuma restringir-se à pobreza da demagogia bacoca do aumento das despesas com pessoal. O que actualmente não se verifica. Nesta matéria a acção do VIII Governo Regional, à semelhança do que vem acontecendo desde 1997 tem-se pautado por um severo controle da despesa pública, nomeadamente ao nível das Resoluções de descongelamento que tem sido restritivas e cirurgicamente direccionadas a áreas vitais como a Saúde. Para o ano de 2003 a quota de descongelamentos para admissão de pessoal em toda a Administração Regional, incluindo o pessoal de Saúde, foi de 394 vagas; à semelhança do que aconteceu em 2002 com 427 unidades e em 2001 com 225 unidades. Há dez anos atrás em 1993 a quota de descongelamentos foi de 1.865 unidades, em 1994 foi de 863, e em 1995 de 498. A este esforço de contenção acrescente-se o reforço das carreiras técnicas e técnica superior na administração regional, assumindo a questão da qualificação dos recursos humanos como propulsora de eficiência. Por esta razão a



dotação para Despesas com Pessoal é realista e garante aos funcionários públicos regionais o efectivo cumprimento das obrigações da Região, atitude diversa assume o Governo da República que ao não refrear a sua obsessão compulsiva com o déficit, leva os funcionários de permeio, mesmo que para tal tenha de violar princípios constitucionais como sejam os direitos à segurança no emprego e à progressão na carreira.

Nós não pensamos assim, não acreditamos que sacrificando os funcionários e criando-lhes dificuldades estejamos a melhorar a administração. Para nós os funcionários públicos não são o problema, são seguramente parte da solução. Razão pela qual continuaremos como até aqui a apostar na formação dos recursos humanos da administração regional. Só ao nível das carreiras gerais da função pública estima-se que se realizem 100 acções de formação no próximo ano, envolvendo mais de 10% do funcionalismo público regional, e para tal alargámos o leque de acções a desenvolver, com a introdução de matérias novas, nomeadamente no âmbito da modernização administrativa, da automatização de procedimentos e da promoção da qualidade; fazendo-a corresponder a 12% da dotação global do Programa. Esta aposta assenta no reconhecimento de que apenas poderemos ombrear com novos patamares de desempenho se dispusermos de funcionários motivados e aptos a desempenhar com eficácia as suas funções.

O Projecto 30.1 –Modernização Administrativa- corresponde a um dos mais bem dotados, no reconhecimento de que constitui um dos pilares fundamentais do sucesso das políticas de administração. Esta dotação prevê assegurar a



implementação do Projecto CAF (Common Assesment Framework) nos Serviços da ADSE, bem como a consolidação da automatização dos Sistemas de Informação, e acções relativas à adopção de processos de desburocratização e à actualização de dados *online*.

Outra vertente a considerar na triangulação administração/funcionários são os utentes que se relacionam com a administração. Com o intuito de aproximar a administração ao cidadão foi assinado um protocolo de Cooperação para a Criação da Rede Integrada de Apoio ao Cidadão entre o Governo Regional e o Governo da República. Neste momento estando já a solução adjudicada à empresa ONI-Global EDA prevê-se que no 1º trimestre do próximo ano se instalem os três primeiros postos piloto na Região que contam já com um vasto leque de produtos a disponibilizar *online* e que permitirão aos cidadãos evitar deslocações aos meios urbanos, podendo resolver estas mesmas questões sem sair da sua Freguesia. Este processo contará em larga medida com o apoio das autarquias, numa conjugação de esforços imprescindível que dispõe de uma dotação equivalente a 27 % da dotação global do Programa.

Contudo, o projecto mais bem dotado deste Programa é o da Cooperação com as Autarquias, correspondendo a 30,2% da dotação global. Facto este que indicia desde logo a forma como encaramos a importância desta cooperação, que se revela como um instrumento imprescindível ao desenvolvimento local e, conseqüentemente, regional. E a forma esmerada e transparente como queremos que este processo se desenvolva, de acordo com os critérios rigorosos definidos pela lei (DLR nº



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Presidência do Governo  
Secretária Regional Adjunta da Presidência  
Gabinete da Secretária

32/2002/A de 8 de Agosto). Aliás, não é demais sublinhar o alargamento que a cooperação com as autarquias sofreu através deste diploma, permitindo a integração de áreas como o turismo, a cultura, o lazer, o ensino e o desporto; ao mesmo tempo que se reforçou o regime de cooperação financeira directa em áreas nas quais os investimentos dos municípios adquirem dimensão regional. Introduziu-se a dignificação das freguesias no contexto do poder autárquico, e clarificou-se e ampliou-se o regime de cooperação com as mesmas. Procedeu-se ainda ao alargamento dos moldes da cooperação financeira indirecta a outras áreas. Desde 2000 e através do PRODESA as autarquias locais da Região dispõem de um montante de investimento aprovado de 134 milhões de euros. O nosso esforço neste sentido é o de propiciar a todas as autarquias da Região o acesso à cooperação nos moldes definidos, pautados pelo rigor e pela transparência, a que acresce o apoio técnico que lhes têm sido facultado e que verá o seu âmbito, a breve trecho, alargado. A importância do Poder Local Democrático deve ser necessariamente lida à luz das competências que detêm a Autonomia, é nesta sábia articulação que reside não apenas o desenvolvimento de cada uma delas, mas sobretudo o desenvolvimento da Região como valor em si mesmo. Incentivamos a candidatura das Autarquias a programas de cooperação, mas recusamos a acusação de discriminação quando, por limitações que lhes estão inerentes, os projectos são declinados. Cooperamos com todos aqueles que conosco quiserem cooperar. Dialogamos com todos. Não aceitamos é que aqueles que não querem dialogar nem cooperar venham depois promover conferências de imprensa para afirmar que são discriminados. O Governo



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Presidência do Governo  
Secretária Regional Adjunta da Presidência  
Gabinete da Secretária

Regional não pode ser acusado de discriminar quem nunca demonstrou a mínima intenção de cooperar. É esta infâmia que não aceitamos e que continuaremos a rebater.

Relativamente ao Serviço Regional de Estatística refira-se que surge neste Plano com a sua dotação reforçada por via da elaboração do Quadro Input/ Output da Região, no âmbito do INTERREG III-B, em colaboração com a Madeira e as Canárias, num montante de 344.501€, que corresponde a 14% da dotação global do Programa.

A dotação inscrita na Acção 30.6 relativa à Imigração assegura a continuidade de diversos projectos de integração e acolhimento dos cidadãos imigrantes residentes na Região, e destina-se a manter o trabalho de coordenação que tem vindo a ser desenvolvido neste âmbito.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo Regional

Senhores Membros do Governo

Este Plano assume-se assim como cumprindo aquilo a que o Programa de Governo se propôs: cooperar com as autarquias, modernizar a administração, estabilizar o crescimento do número de funcionários públicos, incentivar a utilização das tecnologias da informação, e desburocratizar progressivamente os serviços. E isto





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Presidência do Governo  
Secretária Regional Adjunta da Presidência  
Gabinete da Secretária

é transversal a todo o Plano, permitindo-nos assegurar com elevado grau de certeza que, a esmagadora maioria das propostas que em 2000 submetemos ao sufrágio dos açorianos, estão cumpridas.

Os objectivos que traçámos estão cumpridos ou em curso, e aqueles que não foram cumpridos têm por base uma explicação que este Governo presta com humildade. Mas, hoje para além da muita obra feita, respira-se sobretudo uma nova atitude. Hoje a sociedade açoriana amadureceu e os açorianos estão muito mais exigentes, pois sabem que têm tido um governo competente, capaz de reivindicar tanto as suas conquistas como de admitir os seus erros. Os Açores de hoje em nada se assemelham aos de há sete anos atrás, e os açorianos ainda se lembram de como a Região era e vêem naquilo em que se transformou. Pergunta-se-lhes: -Querem voltar para trás? Perguntem-lhes se querem agora voltar para trás?

Os açorianos não querem regressar ao passado feito subitamente presente a que assistem no país. Perguntem aos açorianos se querem perder o que ganharam. Em desenvolvimento económico. Em progresso social. Em capital de tolerância. Perguntem ao empresário em nome individual se prescinde do sistema de incentivos de que desfruta? Perguntem ao Bruno de 15 anos que estuda na Escola dos Ginetes se se arrepende de já não ter de se levantar duas horas mais cedo para chegar a tempo à aula das 8 horas em Ponta Delgada? Perguntem aos habitantes da Calheta se o novo porto não promove o desenvolvimento do seu Concelho? Perguntem ao Senhor António, de 65 anos residente nos Altares se prescinde do apoio domiciliário que lhe é prestado? Perguntem aos pescadores dos Biscoitos se preferem o porto velho?



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Presidência do Governo  
Secretária Regional Adjunta da Presidência  
Gabinete da Secretária

Perguntem à Ana que está na aula de Geologia num laboratório da Escola Básica das Flores se preferia não o ter? Perguntem ao Sr. Eugénio da Madalena se preferia o velho aeroporto? Perguntem ao Professor Monteiro se preferia esperar dez anos para se efectivar? Perguntem à Dona Maria se preferia continuar a viver durante mais 20 anos no Bairro do Lameirinho? Perguntem aos marienses porque razão um governo com duas décadas não conseguiu remover o lixo da zona envolvente ao aeroporto? Pergunte-se aos açorianos se preferem um regresso ao passado a que habilmente se chama agora por futuro? E peça-se a sua atenção para, por breves momentos, porem lado a lado a nova esperança e a velha herança e entre elas descortinarem uma única e simples diferença!

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo Regional

Senhores Membros do Governo

Nós assumimos os nossos erros, que tivémo-los certamente, mas estamos conscientes do nosso valor. Da parte do Governo Regional podem os açorianos contar com a seriedade e o compromisso de continuarmos a desenvolver os Açores. Em todas as suas vertentes e de forma integrada como temos feito até hoje. É este o compromisso que assumimos com os açorianos. Com todos eles. É para eles e com eles que trabalhamos hoje e que continuaremos a trabalhar amanhã.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Presidência do Governo  
Secretária Regional Adjunta da Presidência  
Gabinete da Secretária

Disse.

A Secretária Regional Adjunta da Presidência

Cláudia Cardoso

Horta, Sala das Sessões, 11 de Dezembro de 2003